

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

Memória-ata da 21ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

Data: 16 e 17 de junho de 2008

Local: Brasília - DF

Participantes: : Adelaide Laís Parente Brasileiro, André Luís Figueiredo Lázaro, Carlos Artexes Simões, Cláudia Paes de Carvalho Baena Soares, Eliene Novaes Rocha, Jerry Adriani da Silva, Jorge Luis Teles da Silva, Magela Lindner Formiga, Maria Aparecida Zanetti, Maria Cristina Vargas, Maria Margarida Machado, Mauro José da Silva, Neroaldo Pontes, Sérgio Haddad, , e Timothy Denis Ireland. Demais participações: representantes do CONSED, Lílian Sena e Ana Cristina Cabral Medeiro e a assessora da Diretoria de Políticas da Educação de Jovens e Adultos, Adriana Pinto Rodrigues.

1) Pauta:

a) Dia 16/06/2008

14h - Abertura

14h30min - Apresentação e aprovação da pauta de reunião da Comissão;

15h - Breve avaliação do processo preparatório nacional à VI CONFINTEA;

15h30 - Análise e validação da consolidação das Recomendações do Encontro Nacional Preparatório à VI CONFINTEA

17h- Discussão da proposta de construção das Agendas Estaduais;

19h - Encerramento dos trabalhos do dia.

b) Dia 17/06/2008

9h - Apresentação da Rede de formação para educadores de alfabetização e de EJA;

10h50min - Apresentação e discussão da Resolução do PBA 2008

12h30min - Almoço

14h - Continuidade da discussão sobre a Resolução do PBA 2008

15h50min - Avaliação da reunião e encaminhamentos.

17h - Encerramento

2) Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade abriu a sessão com os seguintes registros:

a. Alteração na estrutura da Diretoria de Políticas da Educação de Jovens e Adultos com vistas à fortalecer a capacidade gerencial:

i. Jorge Luiz Teles da Silva assume a Diretoria de Políticas da Educação de Jovens e Adultos

ii. Maria Aparecida Zanetti assume a Coordenação-geral de EJA

- iii. Carmen Isabel Gatto assume a Coordenação-geral de Formação e Leitura
 - iv. Mauro José da Silva continua a frente do Programa Brasil Alfabetizado.
- b. Colocou alguns pontos da agenda para esclarecer a expectativa do Ministério com a reunião da CNAEJA:
- i. Realização da CONFINTEA – Encontro Nacional – um processo de muito engajamento, participação, mobilização e superação.
 - 1. Em alguns momentos foi necessário tomar algumas decisões que cabiam ao MEC que respondia no sentido de trazer para a CNAEJA uma dimensão última de decisão de alguns aspectos. Por exemplo, nem todas as recomendações do processo de trabalho da CONFINTEA puderam ser validadas, devido ao avançado da hora no Encontro Nacional, quando ficou decidido que àquelas ainda não discutidas seriam trazidas para a Comissão para discussão e validação.
 - 2. Isso reflete uma compreensão por parte do Ministério do papel que se quer da CNAEJA na condução da política de EJA. Essa política corre um risco muito elevado, apesar dos recursos do FUNDEB. Não há segurança de que os recursos serão efetivamente executados para políticas de EJA, tendo em vista que FUNDEB determina a entrada, mas não a saída.
 - 3. Como controlar a aplicação dos recursos do FUNDEB, como ter e aplicar parâmetros de qualidade em EJA. Não há nenhum referencial para saber se os jovens e adultos aprenderam de fato. Não temos controle de qualidade sobre a Educação de Jovens e Adultos ofertada hoje.
 - 4. Há um conjunto de debates em torno da modalidade EJA que demandará da Comissão uma ativa participação nas discussões sobre as políticas devidas. O Ministério não abrirá mão de suas responsabilidades e competências na condução da política, entretanto conta com a Comissão para qualificar o debate.
 - 5. Com tudo isso, apresenta-se uma proposta de alteração da composição da CNAEJA, com vistas a ampliar a participação, trazendo para a Comissão um conjunto de parceiros que tem execução de programa de educação de EJA. Dessa forma a CNAEJA será uma instância política relevante que contribuirá com a elaboração das macro decisões das políticas para a EJA.
 - 6. Outro tema urgente, cuja ação teve início no ano de 2007, e que está induzida, mas não constituída, são as Agendas Estaduais de Alfabetização e EJA. Estamos replicando uma idéia do Maranhão e Piauí, com vistas a ter um maior controle social na EJA. Na versão 2007 do Programa Brasil Alfabetizado, foi incluído uma descentralização para os

estados do nordeste de 5% do que foi a execução no Estado para a constituição de uma Comissão Estadual de Alfabetização e EJA, além da composição de um corpo técnico com a função de subsidiar com informações a referida Comissão. Na edição 2008 do PBA está garantida a transferência de recursos para esta ação.

7. A idéia é que seja montado um sistema de EJA:
 - Rede de Formação de professores e gestores no âmbito da EJA.
 - Articulação e profissionais qualificados em todos os estados da federação atentos às dimensões da EJA.
 - Gestão
 - Financiamento. O FUNDEB, de alguma maneira, atende ao financiamento.
 - Avaliação da EJA.
8. CONFINTEA – Reunião da Comissão Regional no México, em setembro próximo:
 - Inicialmente, foi colocado que a CNAEJA representasse o Brasil, o que foi legitimamente questionado no Encontro Nacional e foi proposto que a questão fosse trazida para a reunião da Comissão para decisão final.
 - Teremos uma comissão de 15 pessoas.
 - O horizonte pretendido com a CONFINTEA é fazer com que o processo de mobilização, organização e realização para a sua realização fosse um processo que consolidasse uma política nacional de EJA, com atores identificados, responsabilidade do poder público, papel das ONG's, papel das universidades para que, ao fim do atual mandato, possa ser entregue um sistema nacional de EJA construído com características delineadas. De qualquer modo, ainda há muito por fazer. Temos debates importantes a serem realizados, por exemplo, sobre currículo e avaliação, e, um espaço de reflexão e indução destas políticas é a CNAEJA.

- 3) Avaliação do Encontro Nacional da CONFINTEA:
 - a. Participação do Jerry Adriani
 - i. Movimento foi bastante produtivo. Avanço quando da reunião com a participação de diversos atores.
 - ii. Um principal objetivo: o que fica para o país depois da CONFINTEA.
 - iii. Enquanto membro da Comissão, sentiu falta de uma postura mais ativa da Comissão na reunião.

- b. Participação de Maria Margarida Machado:
 - i. Avaliação a partir da última CONFINTEA, em 1996, que foi desrespeitosa com os participantes convocados pelo próprio governo à época.
 - ii. Grande resposta com a mobilização preparatória com a CONFINTEA.
 - iii. Registrou ausências significativas, como a representação do Campo.
 - iv. Saltos significativos com a presença de educadores e alunos.
 - v. A CNAEJA deve respeitar o processo realizado, pois é um caminho sem volta.
 - vi. Ficaram os desafios, é o momento de avanços significativos para o espaço a ser ocupado pela EJA.
 - vii. Precisamos registrar o processo para a construção do documento brasileiro para a CONFINTEA, pois há um grande interesse de outros países sobre a sua realização.
- c. Participação de Adelaide Brasileiro:
 - i. A construção do documento da CONFINTEA foi realizada por vários rostos.
 - ii. O documento vai retornar aos Fóruns para ser socializado, e esse movimento é que o mais importante.
 - iii. Autocrítica: a CNAEJA deveria ter tido o máximo de representação na reunião preparatória nacional.
- d. Participação de Sérgio Haddad:
 - i. Participou somente do encontro regional, pois no nacional estava fora do país.
 - ii. Depoimento a partir do acompanhamento do movimento internacional. O processo realizado no Brasil é único. Além da importância do processo interno, é imprescindível ter uma atuação positiva também no plano internacional levando uma mensagem de natureza latino-americana, em particular brasileira.
- e. Participação de André Lázaro
 - i. Como sugestão: análise das conseqüências de um processo como esse.
 - ii. Realizar um encontro, em agosto, com o documento brasileiro da CONFINTEA em mãos e suas recomendações, com:
 - 1. UNDIME, CONSED, Fóruns de EJA, universidades, movimentos sociais, financiadores de EJA, organismos internacionais e colocar à mesa: quem faz o quê? O que é responsabilidade de quem? Ou seja: Um Compromisso de Todos pela EJA.
 - 2. A CNAEJA e a SECAD deveria gerar uma pauta de debate sobre isso.
 - 3. Precisamos definir quais são os projetos político-pedagógicos para a EJA.
- f. Participação de Carlos Artexes:
 - i. Sugestão para uma participação mais efetiva por parte de quem está chegando a CNAEJA na construção das políticas:

1. Uma maior articulação intra-MEC para tratar as políticas de cada Secretaria.
 2. Participação na CONFINTEA: atribuir responsabilidade para uma participação mais qualificada
- g. Participação de Jorge Teles:
- i. A nova configuração da CNAEJA tem por objetivo fortalecer a Comissão na sua representativa institucional, para que seja uma reunião de instituições mais do que de pessoas. Os membros da Comissão são multiplicadores do debate interno da sua instituição e organizadores do debate nas suas instituições. Um processo de retroalimentação.
 - ii. Prático hoje temos um histórico positivo dos fóruns de EJA na capacidade da articulação local para a produção dessa oferta que deve ter um rebatimento nacional e um retorno ao local. Essa ponte também passa pelo CNAEJA. Por isso, a proposição de constituição das comissões locais para discutir a agenda das políticas propostas pelo MEC, sendo que, essas comissões, têm um referencial nacional que é a CNAEJA, enquanto governo. E, enquanto governo ela tem o papel de dar concepção ao que foi discutido na CONFINTEA, acompanhar isso ao longo do tempo e pensar os papéis das instituições. Pensar que respostas a instituição que represento pode dar às demandas da CONFINTEA. Como articular isso internamente e quais as propostas e dilemas podem ser trazidas para o debate interno da Comissão.
- h. Participação de Eliene Novaes:
- i. O documento traz um pouco o que é a demanda do campo na EJA.
 - ii. Grande desafio de fazer a relação da discussão na política da educação do campo nos Estados com a discussão da EJA. Existe uma dificuldade de perceber como articular isso localmente.
 - iii. Houve pouca representação do campo no Encontro Nacional, o que algo para pensar.
 - iv. Na Comissão Nacional da Educação no Campo foi colocada a importância de um diálogo dessa Comissão com a CNAEJA. São duas políticas entrelaçadas, entretanto sem interlocução.
- i. Participação de Magela Lindner Formiga:
- i. A UNDIME fez uma avaliação de que a participação e a mobilização dos municípios ocorreu da forma mais diversa de acordo com os estados e regiões. Todas as recomendações do documento serão retomadas na reunião do Conselho Nacional de Representantes para um redimensionamento das atribuições em relação à EJA.
- j. Participação de Maria Cristina Vargas:
- i. Questão de método na participação na CONFINTEA, inclusive na CNAEJA.
 - ii. Quanto à CNAEJA:
 1. Tem como avançar mais em uma área do que em outra.
 2. Do jeito que é o método da reunião, pode-se avançar em algumas coisas, mas em todos os segmentos.

3. O movimento social tem uma característica diferente, não é só mobilizar os atores, tem toda uma questão muito característica e própria de um movimento social. Quem sabe a nossa influência dentro desta Comissão não é bem essa. É uma questão de natureza. Qual a discussão do segmento que represento desenvolve no campo da educação? Como ser protagonista nisso? Não é o fato de participar e assinar que sinaliza uma concordância. Muitas coisas que temos assinado, não temos concordado, pois não tem tido retorno na prática efetiva. Tem um limite de participação da organização que representa. Todo o espaço criado na CONFINTEA é interessante no longo prazo, mas o movimento social lida com uma questão imediata. Sofremos por não ter o Estado chegando na ponta. Considera a participação do seu segmento na CNAEJA como simbólica. De fato, não há um retorno para um movimento que espera algo mais de imediato.
- k. Participação de André Lázaro:
 - i. Agradeceu à franqueza da representante do MST.
 - ii. Pode ser que até esse momento a gente tem uma Comissão que pudesse ser o caminho de conversar com muitos, e ter um lugar de ouvir essa conversa e tentar influenciar políticas. Isso era o que pensávamos para a CNAEJA. É dessa a natureza de Comissão que precisamos hoje? Que tipo de estrutura de poder é necessário constituir que garanta que a política avance, sem ficar preso a uma forma.
 - iii. Do ponto de vista técnico teremos a contratação de consultores para fazer um levantamento do que é hoje EJA indígena, EJA Campo e EJA Ensino Médio.
 - iv. Talvez o poder público também deva assumir uma responsabilidade maior do que diluir na Comissão. Talvez, em algum momento, temos dificuldade e esperamos que o movimento social diga como fazer, e não é papel do movimento social fazer isso. O papel do movimento social é fazer reivindicação (apresentar o problema) e fazer a crítica.
- 4) Revisão da Pauta:
 - a. Inicial:
 - i. Breve avaliação do processo preparatório da VI CONFINTEA.
 - ii. Análise e validação da consolidação das Recomendações do Encontro Nacional Preparatório à VI CONFINTEA.
 - iii. Discussão da proposta de construção das Agendas Estaduais.
 - iv. Apresentação da Rede de formação para educadores de alfabetização e de EJA
 - v. Apresentação e discussão da Resolução do PBA 2008
 - vi. Encaminhamentos
 - vii. Inclusão de dois pontos de pauta: por Sérgio Haddad

1. Informação sobre o processo de construção do documento internacional
 2. Tema Belém e México.
- b. Proposta:
- i. No dia 16.06.08:
 1. Análise e validação da consolidação das Recomendações do Encontro Nacional Preparatório à VI CONFINTEA
 2. Discussão da proposta de construção das Agendas Estaduais
 - ii. No dia 17.06.08
 1. A pauta fosse mantida.
- 5) Composição da CNAEJA:
- a. Novas instituições com representação na CNAEJA:
 - i. OEI
 - ii. Dois representantes de movimentos sociais: MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem e Representantes dos Povos da Floresta)
 - iii. Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.
 - iv. Para a temática de qualificação profissional: SETEC/MEC e um representante dos Fóruns de Economia Solidária.
 - b. Sugestão da Maria Margarida Machado:
 - i. Participação da CAPES na Comissão:
 1. Jorge Teles informou que a SECAD está dialogando com a CAPES nesse sentido
- 6) Análise e validação da consolidação das Recomendações do Encontro Nacional Preparatório à VI CONFINTEA:
- a. Conforme deliberação do Encontro Nacional da CONFINTEA, seriam encaminhados à CNAEJA:
 - i. As recomendações consolidadas pela relatoria.
 - ii. O documento do diagnóstico
 - b. Sugestão de metodologia para o trabalho: ler tópico por tópico e fazer os destaques devidos
 - i. Os destaques realizados após discussão estão registrados no Anexo nº 1 deste documento.
 - ii. As recomendações que não foram discutidas por conta do tempo, teve a seguinte deliberação:
 1. Os participantes analisariam o documento como um todo, porém, alguns segmentos analisariam mais pontualmente as recomendações a eles diretamente relacionada: CONSED/UNDIME/UNCME (recomendações aos sistemas e aos conselhos); ANPED (universidades); Fóruns de EJA do Brasil (Fóruns). Prazo para envio das considerações: 27/06/2008.

2. O Diagnóstico, que é parte do Documento Base Nacional, ficou para análise e considerações a serem enviadas posteriormente, até 27.06.2008.
- 7) Apresentação e discussão da Resolução do PBA 2008 pelo coordenador-geral de Alfabetização, Mauro José da Silva:
- a. Os elementos mais importantes da Resolução do PBA – edição 2008:
 - i. Diminuição do número de turmas a serem acompanhadas pelo coordenador de turma, com vistas a um acompanhamento mais qualitativo do processo de aprendizagem, e o aumento da bolsa a ser recebido:
 1. Bolsa: de R\$ 300,00 para R\$ 500,00,
 2. Número de turmas a serem acompanhadas:
 - Urbana: de 14 para 7
 - Campo: 12 para 5
 - ii. Bolsas– cinco níveis:
 1. Alfabetizador com uma turma: Passa de R\$ 200,00 para R\$ 250,00:
 2. Com duas turmas: R\$ 500,00.
 3. Com duas turmas especiais ou com alunos com necessidades especiais, ou prisional ou em medidas sócio-educativas: R\$ 275,00.
 4. Tradutor intérprete de Libras: 250,00
 5. Coordenador de Turmas: 500,00
 - iii. Formação – 2 níveis:
 1. Formação inicial: 36 horas (30 horas - processo de alfabetização e 6 horas- Olhar Brasil);
 2. Formação continuada: 48 horas – para os coordenadores de turma, a ser acompanhado pela instituição formadora.
 3. Nesse ano, a entidade parceira poderá ofertar a formação, entretanto, a partir do próximo ano deverá utilizar a rede de formação de AJA, em construção
 - iv. Conceito de turma ativa:
 1. A partir da publicação da Resolução, os parceiros terão 30 dias para enviar ao MEC o seu termo de adesão (um plano muito mais enxuto).
 2. A entidade parceira terá 5 meses para cadastrar as suas turmas. As turmas passarão a valer no momento em que for indicados no sistema turma ativa, com o início das aulas, e todos os cadastros necessários concluídos.
 - v. Teste Cognitivo de entrada
 1. Verificação do nível de alfabetização do aluno, para, se for o caso, ser encaminhado a uma turma de EJA da localidade.
 - vi. Consultores:
 1. Contratação de 46 consultores para atendimento aos municípios prioritários, com mais de 25% de analfabetismo, segundo o censo, num total de 1900 localidades.
 - vii. Repasse de recursos:

1. Bolsas:
 - Em duas parcelas:
 - 60% - de acordo com o número de alfabetizandos registrados no PPAlfa
 - restante – quando da conclusão do cadastramento das turmas (será o momento de ajuste conforme o proposto e o idealizado).
 2. Automático:
 - Não estará determinado na Resolução o quanto terá que ser gasto pelo parceiro em cada um dos itens. Os itens a serem gastos são os mesmos, mas sem um percentual pré-determinado de quanto deverá ser gasto em cada um deles. Caso o recurso não seja utilizado totalmente em 2008, poderá ser reprogramado para 2009.
- viii. Em 2008, atendimento por intermédio de Estados e municípios.
- ix. Olhar Brasil:
1. Instituído pela Portaria Interministerial MS/MEC nº 15, de 24 de abril de 2007, tem como objetivo promover a identificação e correção de problemas visuais relacionados à refração e tem como público-alvo os alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental, os alfabetizandos cadastrados no Programa Brasil Alfabetizado-PBA, além da população com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- x. Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização e EJA-PNLA:
1. Escolha das obras será realizada no segundo semestre de 2008.
 2. As entidades parceiras receberão a obra didática, gratuitamente, para os alfabetizandos do PBA – edição 2008
- b. Questionamentos apresentados por Maria Margarida Machado:
- i. O papel da CNAEJA em relação ao Programa Brasil Alfabetizado não pode ser olhar a Resolução e apenas enviar sugestões sobre ela.
 - ii. Há um descuido da Comissão em relação ao acompanhamento do PBA.
 - iii. Pediu explicações quanto à:
 1. Problema do pagamento dos coordenadores e alfabetizadores.
 2. Qual o resultado da aplicação do teste cognitivo em relação ao ano de 2007.
 3. Quem irá fazer o acompanhamento pedagógico do programa após as mudanças estruturais da Diretoria.
 4. PNLA: como está o andamento do Programa.
 5. Consultores: solicita um documento apresentando a avaliação da atuação dos profissionais.
- c. Resposta do coordenador-geral de Alfabetização, Mauro José da Silva:

- i. Considera importante que a Comissão tenha um papel de acompanhamento mais próximo do PBA, não só pela atuação do MEC quanto pela atuação das entidades parceiras.
 - ii. Pagamento de bolsas:
 1. O sistema de pagamento de bolsas do MEC não foi preparado para o PBA.
 - Alguns parceiros ainda não deram entrada com nenhum dado no sistema, apesar de todos os contatos, pelo MEC, solicitando esta ação.
 - Dificuldades do FNDE e do BB em agilizar o pagamento. Foi realizado um grande esforço no final de 2007, as primeiras bolsas foram pagas entre 17 e 20 de dezembro último. A partir daí, como a grande maioria dos parceiros não indicaram as bolsas referentes a 2007, elas entraram em processo de reconhecimento de dívida.
 - Os lotes de pagamento são gerados a partir da informação de início e término da turma. O repasse foi realizado em dezembro e como muitos parceiros que tinham indicado que o início de suas turmas em julho, agosto, setembro, outubro, novembro ou dezembro de 2007 só efetivamente iniciaram suas turmas em janeiro, fevereiro, março, abril, maio ou junho de 2008, isso gerou a impossibilidade de se gerar automaticamente novos lotes de pagamento porque venceu o número de parcelas abertas para àquele parceiro e, não necessariamente, ele tenha informado as condicionalidades para o pagamento. Mas, o lote foi aberto.
 - A dificuldade de cancelar lotes anteriores não utilizados deve-se ao dinamismo de entrada e saída de, principalmente, alfabetizadores. Todo esse processo é atualizado por uma migração do SBA para o SGB, mensalmente, para a geração dos lotes de pagamento. Acontece que nessas migrações alguns itens não fecham, sendo que não ocorre a migração automática de registros de um sistema para o outro.
 - Para o PBA foram abertos dois convênios no FNDE – antes de 2007 e outro em janeiro de 2008. O processo de migração dos bolsistas de um convênio para o outro gerou pane no SIGEF.
 2. Todos os problemas existentes estão sendo enfrentados e serão solucionados, pois o descaso com o pagamento das bolsas no sistema anterior era mais preocupante do que a situação. Temos problemas que serão solucionados num determinado período de tempo
- d. Posicionamento do Diretor do DPEJA, Jorge Teles:

- i. O desenho proposto para o PBA de 2008 foi construído a partir das experiências de todos esses anos com o Programa Brasil Alfabetizado, avaliações, diálogos com a CNAEJA, Fóruns, com os parceiros, acompanhamentos de campo.
 - ii. Pagamento de bolsas sempre teve problemas, comprovado em acompanhamentos, avaliações e processos de denúncias que o MEC recebe. Casos significativos que levaram a SECAD a repensar este processo.
 - iii. A mudança do processo de pagamento de bolsas encontrou um outro problema, a inconsistência dos dados registrados por alguns parceiros no Sistema do Brasil Alfabetizado –SGB. Registra-se que muitos parceiros levavam este trabalho a sério e mantinham seus dados sempre atualizados. Entretanto, alguns parceiros não realizavam a entrada de dados no sistema com fidelidade dos fatos. Tinha-se uma foto do sistema que não era o real.
 - iv. O sistema de pagamento de bolsas do FNDE e o cadastro do SBA com informações incompletas (ex.:nome de agência cadastrado de forma errada) e não-atualizadas geraram muitos dos problemas que estamos enfrentando hoje.
 - v. Em abril de 2008, os parceiros do PBA com maior número de alfabetizando foram chamados para uma reunião quando se solicitou a eles que atualizassem os seus cadastros. Alguns fizeram e outros não.
 - e. Participação de Adelaide Brasileiro:
 - i. Não sentiu uma resposta no PBA às críticas efetivamente realizadas na Comissão em 2006.
 - ii. Precisamos resolver urgentemente os problemas do PBA.
 - iii. O aluno do PBA muda de opinião rapidamente e acaba por atrasar o início das aulas.
 - iv. Dificuldades quando da suspensão de acesso ao SBA.
 - v. Regiões onde somente tem pescador, não há como ter turma de PBA porque o professor não pode ser educador por receber o seguro-defeso.
 - vi.
 - vii.
 - 1.
 - viii. Y
 - ix. Y
 - x. Y
 - xi. Y
 - xii.
 - f.
 - g. r
 - i.
- 8) T
- 9) T

- 10) T
- 11) T
- 12) T
- 13) T
- 14) T
- 15) T
- 16) T
- 17) t

- a. Colocou alguns pontos a serem definidos quanto à pauta: se seria melhor continuar a avaliação do Brasil Alfabetizado, também incluindo a avaliação do trabalho da Comissão e não só do PBA, a política de EJA em geral.
- b. Para a pauta de amanhã:
 - i. 1-informes.
 - ii. 2- discussão do livro: “Você e a Constituição: 33 temas para conhecer os seus direitos de cidadão”. Foi enviada uma cópia para cada membro da Comissão solicitando um parecer, com vistas a antecipar a análise. Entretanto, recebemos apenas uma resposta. O Prof. Sérgio Haddad solicitou a um técnico que trabalha com a Educação Educativa para fazer um parecer crítico do livro. O parecer foi considerado bom e sugere-se submetê-lo a apreciação de todos.
 - iii. 3 – Audiências Públicas. O calendário proposto inicialmente não será possível de ser executado. Assim, propõe-se dar tempo para que os documentos sejam melhor discutidos e depois organizar as audiências para o início de 2007.
 - 1. Isso foi combinado com a Câmara de Educação Básica.
 - 2. Esses documentos foram discutidos com os representantes dos fóruns.
 - 3. Amanhã teremos a presença da Cida Zanete, autoras do texto sobre certificação e, também, da Maria Luísa que tratou da educação à distância. Infelizmente, a Isabel, que elaborou o texto sobre os parâmetros por idades, por motivos pessoais, não poderá participar.
 - iv. Posteriormente, o assunto será educação prisional
 - v. Em seguida, seriam os encaminhamentos e proposições da Comissão
 - vi. Disposição dos temas na pauta alterada para: livro, educação prisional e, depois, audiências.

18) Pauta: Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado:

- a. Participação do Prof. Timothy Denis Ireland:
 - i. Seria extremamente importante que alguém pudesse anotar as críticas apontadas para que se pudesse apontar qual seria a sugestão da Comissão para o Redesenho.
 - ii. Um esclarecimento do ponto de vista da SECAD: entendemos que a alfabetização é um processo e que não pode ser realizada em oito meses, teria que ser em pelo Um mais Dois. Entretanto, os nossos líderes máximos têm pressa em resolver a questão. O problema é que, cada vez que se fala em alfabetização, volta-se para os modelos da Venezuela, Cuba, Bolívia, etc.

- iii. Se qualquer proposta vai ter uma apoio máximo, deve-se ser uma no meio termo, ou seja, de um lado a necessidade de se enfrentar o analfabetismo de uma forma imediata, mas garantindo a continuidade.
 - iv. O redesenho teria que contemplar estes dois lados.
 - v. Qualquer mudança que defendo, em termos de qualidade, significa uma redução da meta. Não se sabe como isso será recebido, mas opta por bancar este desenho com uma meta menor, mas buscando uma qualidade.
 - vi. Nos próximos quarenta minutos poderiam ser apontadas as questões mais propositivas e as sugestões.
- b. Participação de Edna Castro de Oliveira:
- i. Avaliar o trabalho da Comissão e a política ao mesmo tempo significa retomar o nosso percurso enquanto Comissão, as discussões já realizadas.
 - ii. Retoma a fala da integrante da Comissão, Justina Ivã, que tem a ver com a Resolução.
 - 1. A Comissão já deveria estar analisando a Resolução do próximo ano.
 - 2. Com o tempo burocrático que a resolução é aprovada e encaminhada, passou meio semestre. Como mudamos isso?
 - iii. Outro ponto destacado foi trazer para a Comissão uma avaliação da experiência no Piauí.
 - iv. Necessidade de reafirmar que a alfabetização é o primeiro passo, posteriormente seria caminhar na perspectiva da escolarização nos sistemas, absorvendo essa demanda e responsabilizando o poder público efetivamente.
 - v. Quanta à idéia de massificação, entende ser preocupante promover isso sem deixar de lado um percurso que se tenta romper a algum tempo. Quando se compara a perspectiva com outros países, devemos ter o parâmetro de qual é a prioridade da educação nesses Estados Nacionais
 - vi. Considera positivo o redesenho do programa com Um mais Dois.
 - vii. Para o Fórum, não há como retroceder.
 - viii. O ENEJA apresentou uma recomendação que na representação dos fóruns a experiência de Recife fosse apresentada para uma discussão em nível local.
- c. Participação do Prof. Timothy Denis Ireland:
- i. Entende que ainda estamos na lógica de que educação pode tudo.
 - ii. Entende que o analfabetismo é uma expressão de desigualdade profunda. E, se não avançarmos em outras áreas para mudar esse quadro de desigualdade, dificilmente também vamos mudar radicalmente os índices de analfabetismo, quando o analfabetismo é uma expressão de uma coisa muito maior.
 - iii. Peço que sejamos mais realistas com o que poderíamos fazer com a educação.

- iv. Pontuou que a partir das avaliações e dos monitoramentos que têm sido realizados, todas essas informações que temos recebido sobre o Programa Brasil Alfabetizado, há uma indicação da existência de áreas que precisam de uma discussão mais aprofundada.
 - v. A questão da mobilização, de um lado, vai precisar ser melhor avaliada. A mobilização dos jovens, como esse processo tem funcionado, ou não tem. Existe uma tentativa efetiva para utilizar as redes de jovens para mobilizar os jovens na questão da focalização, o que tem sido apontado muito que é o problema do PBA, em que nossos sujeitos não são analfabetos, são pessoas que já possuem algum grau de escolaridade. Será que o foco tem de ser só analfabeto?
 - vi. Sempre se aponta a questão da formação como área que exige um investimento maior, não pode deixar de pensar na questão do incentivo para o aluno. Não diria nem incentivo e sim assistência necessária que coloca cada vez a questão dos óculos como elemento básico que leva a uma evasão bastante grande, acrescentando, ainda, sempre a questão da merenda, a questão do transporte, a questão da carteira de estudante, a flexibilização dos recursos que tem sido colocada nessa forma de financiar, é muito rígido, o sistema é rígido. A forma como financiamos o PBA acabou criando uma camisa de força.
 - vii. Com relação ao calendário, entende que isso vai contra tudo que se fala com relação à flexibilidade, com relação à possibilidade de atender aos horários e para atender a possibilidade de estudo dos jovens e adultos. O calendário não coincide com o calendário escolar, temos turmas terminando em junho e julho, quando a próxima matrícula vai ser no ano seguinte. Então, há um descompasso entre o começo e o fim do programa e o ano escolar
 - viii. Com relação à questão da duração, considera que há um consenso de que oito meses não são suficientes, por isso a possibilidade de serem mais dois.
 - ix. Uma das falhas nesses últimos dois anos é que montamos um plano nacional muito ambicioso de avaliação que não foi capaz de dar respostas suficientemente rápidas. Estamos começando a ter as respostas de avaliações que estão em processo. Para uma política pública necessita-se, não de respostas imediatas, mas de um fluxo que permita alterar e controlar o rumo da política ao longo do processo.
- d. Participação de Adelaide Laís Parente Brasileiro:
- i. A equipe do DEJA, no MEC, deveria ser bem maior. Pergunta: qual é a condição que o DEJA tem de fazer uma pesquisa, de acompanhar esse programa mais de perto?
 - ii. A parceria com as ONG's deveria continuar só que com mais controle.
 - iii. Com relação à educação continuada, penso que ela não pode ocorrer separada do acompanhamento e do assessoramento. Formação

continuada tem que acontecer como resposta às necessidades do professor dentro da sala de aula, com suas necessidades concretas. Por isso é necessário ter alguém por perto para acompanhar os alfabetizadores.

- iv. Ainda com relação aos professores, insiste na necessidade de um investimento na elevação da escolaridade dos alfabetizadores que solicitam um curso superior mesmo que seja à distância.
- v. Considera que os dois anos podem ser um incentivo dentro de uma perspectiva de que o aluno entre com um planejamento para terminar a sua escolaridade.
- vi. Fala-se em letramento mas não existe nenhum livro para os alunos. É preciso dar livro para o professor e para o aluno.

e. Participação de Tancredo Maia:

i. Com relação aos livros:

- 1. Foi lançado em dezembro de 2005 o 1º Concurso Literário – Literatura para Todos com inscrição para vários gêneros: contos, poesias, teatro. Houve mais de 2.000 inscrições, sendo selecionadas 10 obras. A Comissão de Seleção contou com seis escritores e três professores da área de educação de jovens e adultos.
- 2. Na primeira edição são 110 mil exemplares de cada uma das obras, ou seja, um milhão e cem mil livros que serão distribuídos no primeiro semestre de 2007 para os alunos do PBA no final desse primeiro processo de alfabetização e para as escolas de EJA, primeiro segmento.
- 3. Paralelo, foi realizado um trabalho chamado de Literatura para Todos conversando com o educador, que é uma discussão que se abre para a utilização desse material de literatura.

f. Participação de Justina Iva de Araújo Silva:

i. Com relação ao financiamento:

- 1. Uma questão a ser resolvida: houve ou não redução de recursos para a EJA.
- 2. Esta Comissão deveria posicionar-se

ii. Com relação ao redesenho:

- 1. Propôs que não se trabalhe com essa relação per capita aluno a partir do valor fixo. Em Natal trabalha-se com valor fixo desde 2001 associado a um rigoroso programa de monitoramento e de supervisão. Para cada 10 salas, um supervisor que as visita semanalmente. Sugestão: valor fixo associado a um instrumento de controle.
- 2. Sugeriu: uma coordenação, um setor, uma assessoria que cuide de fazer o monitoramento no âmbito da escola.
- 3. Sugeriu um redesenho também para a EJA. Em termos de organização trabalha-se com a anualidade e há um problema

de abandono muito grande. A LDB permite flexibilidade, mas essa discussão tem que ser provocada nacionalmente

4. Registro positivo quanto ao ProEja estar estudando a possibilidade de articular qualificação e educação profissional com a educação básica dos alunos de EJA. Isto já acontece na Espanha e é uma política bem sucedida. Na hora em que você vincula iniciação para o trabalho, as pessoas ficam mais motivadas. O Projovem trouxe essa articulação e o índice de abandono é mínimo em relação ao índice de abandono da EJA.
 5. Concordou com a posição da Eliene: deveria existir um fundo conceitual e que se diga quais são as competências de fato que se espera dos alunos ao final do processo. O que queremos? Queremos que essas pessoas sejam capazes de ler e interpretar um texto ou quer algo mais para elas que pouco tiveram ao longo da vida?
 6. Chamou a atenção para a questão dos analfabetos funcionais.
 7. Apresentou proposição quanto ao calendário:
 - Deveria ser uniformizado
 - As resoluções deveriam estar prontas até o final de fevereiro, com execução de março a outubro, ou abril a novembro, garantindo, assim, que no início do ano letivo subsequente todos estejam prontos para ingressarem no ensino regular.
- g. Participação de Adelaide Parente
- i. Propôs que o PBA esteja articulado com o Bolsa Família e os programa do Banco do Brasil. Por exemplo, tem-se um convênio com o projeto Talher Nacional, falando da questão do desemprego e da fome e do bolsa família.
- h. Participação de Heleno Araújo:
- i. Considera que a Comissão, até este momento, teve avanços dentro do possível, mas considera que limites devam ser ultrapassados, com a construção de caminhos para avançar no que é preciso fazer, e não somente no que é possível fazer.
 - ii. Reforça a questão da política de EJA e ao acompanhamento e fiscalização do PBA. Apresentou um exemplo de denúncia quanto a um processo de formação em que a coordenadora da GERE foi colocada para conseguir onze assinaturas que deveriam ser apresentadas ao MEC. Este caso está no Ministério Público.
 - iii. Apresentou uma contraposição à proposta da Justina em relação ao tempo de aplicação do programa:
 1. Entende não ser viável uniformizar o programa em todo o país.
 2. Deve-se buscar uma forma de garantir o calendário regional
- i. Participação do Timothy Ireland:

- f. Complicador na etapa de habilitação: até o momento, ocorreu uma baixa de 230 parceiros. Um outro ponto é a baixa resposta na diligência dos planos pedagógicos.
- 21) Participação da Adelaide Parente:
- a. Não vê nenhum problema em várias ONG's atuando no mesmo centro comunitário. Entende que o problema é não existir um fórum de alfabetização onde todos possam reunir-se. Necessidade de se ter um fórum em cada município onde todas as entidades que estão fazendo alfabetização possam reunir-se.
- 22) Participação de Tancredo Maia
- a. Aprovada a idéia como uma recomendação. Apresentou como exemplo, a experiência do Piauí que criou, em Teresina, um espaço institucional e físico para da Coordenação das Ações de Alfabetização no Estado.
- 23) Participação de Timothy Ireland
- a. Considera que a experiência do Piauí deverá ser levada aos próprios fóruns.
- b. Informações:
- i. Sobre o evento da SECAD: Diferentes Diferenças, onde ocorrerá, entre outros, as seguintes atividades:
1. Seminário de Inclusão: projeto de alfabetização aliado à geração de renda, empreendedorismo popular.
 2. Reunião com os representantes dos fóruns.
 3. Seminário de avaliação.
 4. Seminário para discutir o material para a EJA.
 5. Lançamento da Coleção Educação para Todos
 6. Medalha Paulo Freire: por motivos eleitorais, não foi possível entregar dos prêmios aos vencedores no ENEJA, assim, neste evento, será realizada a premiação formal.
 7. Lançamento de vários livros
- ii. O Plano Iberoamericano de Alfabetização em Educação de Jovens e Adultos foi aprovado na Reunião de Chefes de Estado, ocorrida em novembro. A proposta é que, em 2007, esse processo seja mais organizado. Articular e fortalecer, quando necessário, os planos nacionais de alfabetização nos países ibero-americanos.
- iii. O próximo tema será Educação Prisional:
1. O projeto será apresentado pelo técnico da SECAD, Carlos José.
 2. O trabalho vem sendo realizado desde 2005, numa parceria com o Ministério da Justiça e também com a UNESCO.
 3. Recursos: governo japonês, MEC e Ministério da Justiça
 4. Dimensão internacional: apoio da Comissão Européia.
 5. Foi criada na semana passada, a Rede Latino-americana de Educação nas Prisões durante o fórum realizado em Belo Horizonte.
- 24) Pauta: Educação Prisional:
- a. Participação de Carlos José – técnico da SECAD:
- i. O Projeto teve início em 2005 com a assinatura de um protocolo de intenções entre os Ministérios da Justiça e da Educação e,

- posteriormente, foi criada uma agenda que envolveu o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e a SECAD.
- ii. Após um diagnóstico foi detectada a necessidade de construção de diretrizes para a educação penitenciária, porque a educação já existia.
 - iii. Foi construída uma agenda.
 - iv. Em outubro de 2005 realizou-se uma oficina, em Brasília, quando foi montado um calendário que define seminários estaduais e regionais, com vistas a apresentação de proposições a serem incluídas nas diretrizes para a educação prisional.
 - v. Os seminários contaram com a participação de agentes penitenciários chefes de segurança, diretores de unidades, educadores e técnicos que atendem no sistema penitenciário. Ao final ocorreu o seminário nacional, em Brasília, quando, em conjunto com os estados, foi construído o documento final que será publicado.
 - vi. Paralelo a essas atividades, feitos convênios, no ano de 2005 para execução em 2006, com seis estados: Ceará, Paraíba, Goiás, Rio de Janeiro, Tocantins e Rio Grande do Sul. O Estado de São Paulo, inicialmente, participaria, mas o convênio acabou por não ser concretizado.
 - vii. O convênio baseou-se em três eixos: gestão e articulação e formação.
 - viii. Em maio de 2006 mais seis estados foram conveniados, num total de 12 estados com convênio em execução.
 - ix. Também ocorreu, paralelamente, uma agenda internacional, com a construção de uma rede que envolve quatorze países da América Latina.
 - x. 1º encontro em Cartagena, Colômbia.
 - xi. A idéia foi aceita, tendo sido marcada uma reunião de trabalho em Paris, ainda neste ano.
 - xii. Como principal interlocutor foi feita uma parceria com uma instituição de nome EPEA, uma ONG com cerca de 15 anos de trabalho em prisões na Europa e que também tem assento no Conselho de Ministros, que trata das proposições de políticas públicas da União Européia no sentido da educação nas prisões. A EPEA tem conferência de dois em dois anos. A próxima ocorrerá em Doublé, em junho, e, após uma articulação conseguiu-se um espaço para a América Latina nessa rede, nessa conferência mundial que é, em princípio só européia.
 - xiii. A formação de uma estrutura mínima da Rede Latino-Americana foi discutida perante o fórum do MERCOSUL.
 - xiv. Outro objetivo é a participação no Observatório da UNESCO que cuida, especificamente, das prisões. Haverá uma conferência mundial em 2008.
 - xv. Há uma idéia de avaliação sobre os projetos conveniados nos anos de 2005 e 2006.
 - xvi. Como meta tem-se a seguinte meta:
 1. envolver outros estados:
 - 6 em 2007

- todos os estados da federação em 2009.

- xvii. Os avanços no Brasil:
 - 1. 1º evento com a participação do MEC que tratou da educação nos presídios, em Fortaleza. Houve surpresa e desconfiança dos participantes do evento.
 - 2. Um ano e meio depois se percebe que há na agenda dos gestores, secretários da educação e da justiça, dos doze estados, uma atenção maior ao tema.
 - 3. Houve aproximação entre as secretarias estaduais da educação e da justiça, que antes nem se conheciam. Hoje há uma articulação e um núcleo Comitê Gestor, pois o convênio é feito com a secretaria da educação, mas a secretaria da justiça participa efetivamente das ações.
- b. Participação de Timothy Ireland:
 - i. Reforça as dificuldades na articulação deste projeto em nível estadual. É um processo lento. No nível federal, ministérios da Educação e da Justiça, o trabalho foi muito positivo.
 - ii. Para que puder comparecer: a audiência pública na Câmara dos Deputados do Projeto Ato dos Oprimidos Dentro das Prisões ocorrerá no dia 6 de dezembro, às 14h. Esse projeto é uma iniciativa do Centro Técnico do Oprimido do Rio em convênio com o DEPN/MJ
- c. Participação de Sérgio Haddad :
 - i. Questionou sobre o terceiro eixo dos convênios firmados>
- d. Participação de Carlos José:
 - i. Assuntos pedagógicos. Discute-se material didático.
- e. Participação de Sérgio Haddad:
 - i. Dois comentários:
 - 1. Com relação à gestão: o diretor da unidade prisional tem um poder impressionante. Mesmo havendo acordos entre as secretarias de governo, o trabalho na unidade prisional depende muito da participação do diretor e da forma como ele conduz.
 - 2. Com relação à UNESCO: tem a sensação de que a UNESCO tem mais boa vontade do que algo material a oferecer. Tem-se o encontro Latino-americano e o Mundial. Pergunta-se: quem fará? Onde?
- f. Participação de Timothy Ireland:
 - i. Na verdade o Mark é a pessoa que cuida do tema na UNESCO e conta com uma estrutura ainda precária. Inclusive o sítio eletrônico é pouco atraente, desatualizado, mas, mesmo assim, existem poucas fontes sobre a educação prisional. O Mark, que é o responsável pela organização da conferência, tem o apoio do seu país, a Bélgica e creio que está rodando o mundo tentando viabilizar essa conferência.

- ii. Normalmente, a UNESCO aprova um orçamento mínimo para o evento, mas imagina que além disso será necessário uma articulação em nível mundial para viabilizar a conferência mundial
- g. Participação de Sandra Denise Pagel:
 - i. Considera importante o projeto por ser este um segmento até então tratado isoladamente do que um projeto estadual.
 - ii. As questões levantadas pelo Sérgio são pertinentes pela dificuldade em se trabalhar nos presídios. Não se tem sala, não pode entrar com lápis, entre outras questões.
 - iii. Considera a articulação entre os presídios outro ponto a ser trabalhado porque a rotatividade é muito grande e os presos vão de um presídio que tem um projeto para outro que não tem e vice-versa. A articulação é que pode garantir
- h. Participação de Débora Niquini:
 - i. Apresenta um pouco da experiência em relação à FUNAPE, em Brasília.
 1. A Universidade Católica de Brasília tinha um convênio com a FUNAPE desde 1994 onde foi realizado todo o processo de alfabetização.
 2. Muitos presos tinham o ensino médio e foram preparados para serem os alfabetizadores.
 3. Os presos em liberdade condicional com o ensino médio tinham acesso a um curso pré-vestibular com vistas a prepará-los para concorrerem a uma vaga no ensino superior.
 4. Em 2004, com o ProUni, foi realizada uma reunião com os Ministérios da Educação e da Justiça e fez-se uma proposta de acesso privilegiado aos presos. O MEC não aceitou.
 5. Durante o período do convênio a Universidade passou a cuidar de várias questões não afeitas a ela. Isso dificultou o trabalho. Hoje existem cinquenta presidiários remanescentes do projeto que continuam os estudos. A Universidade vai mantê-los até a conclusão dos cursos.
 6. Entende que inexistente uma integração entre os ministérios. Cada um fica trabalhando de um lado, sem agregar esforços. Considera este um problema muito sério.
 - i. Participação do Professor Timothy Ireland:
 - i. Considerou a informação muito séria e quer ter os nomes dos interlocutores para retomar os contatos.
 - ii. Até o momento não houve articulação com a SESU. Esta é uma falha que será atendida.
 - iii. Perguntou se a questão foi levada ao clube e se esta iniciativa é somente da Universidade Católica.
- j. Participação de Débora Niquini:
 - i. Já foi solicitado em diversas oportunidades que a EJA fosse incluída na pauta das assembleias.
- k. Participação de Timothy Ireland:

- i. Considera a retomada de um diálogo com a SESU e que o Projeto Rondon, apesar da participação do MEC, é coordenado pelo Ministério da Defesa. Acrescenta que a dificuldade de articulação é histórica. Informa que, com relação à EJA, um grande esforço está sendo realizado junto aos Ministérios da Justiça, do Trabalho, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde e do Desenvolvimento Social.
1. Participação de Carlos José:
 - i. Em resposta aos pontos levantados diz que:
 1. As demandas do sistema penitenciário são muitas, portanto, por questões estratégicas, tendo em vista a demanda ser maior para o ensino fundamental e médio, optou-se por esse recorte.
 2. Já existe, em boa parte dos Estados, a oferta do ENEM nas prisões, ou seja, a condição para ingresso no ProUni está garantida.
 3. O Governo do Distrito Federal, por intermédio da Funape, apresentou um projeto neste ano, entretanto, não foi possível fazer o convênio por uma questão técnica. De qualquer forma, existe um esforço por parte da equipe da Funape no atendimento a esta demanda.
 4. O diretor, no sistema penitenciário, tem grande poder no dia-a-dia das prisões. Houve a participação de diretores de unidades prisionais em todas as reuniões.
 5. A questão da oferta não é somente um problema no Brasil, em pelo menos dois países que visitamos a oferta é muito pequena. Na França são 20% e na Grécia não chega a 30% da população penitenciária apta a estudar. Entretanto, eles possuem critérios muito claros e todos os conhecem. Por exemplo, penas mais curtas têm preferência sobre penas mais longas. No Brasil, as regras estão nas mãos do chefe da segurança, ou da pessoa que toma conta do pavilhão.
 6. O DEPEN/MJ coleta, anualmente, dados sobre o sistema prisional. Mas, não se sabe, por exemplo, quem são os agentes penitenciários, se eles têm ensino fundamental completo ou ensino superior, por exemplo. Também não existe uma base de dados sobre os professores que atuam no sistema prisional.
 7. Há necessidade de se ter integração entre as unidades, para que o processo de educação acompanhe o apenado.
 8. No eixo da gestão existe um objetivo de produzir um diagnóstico sobre as condições de oferta, quem são os professores, em que condições eles trabalham, qual a escolaridade deles, para que seja possível trabalhar ações que atendam a esse perfil.
 9. A importância da parceria com o Ministério da Justiça.
 10. A Resolução do Programa Brasil Alfabetizado contemplou um atendimento específico para a educação prisional.

Portanto, em 2005, 6000 presos estavam estudando por intermédio do Programa.

11. No próximo ano o Censo realizado pelo INEP/MEC vai identificar o aluno preso, ou seja, saberemos quantos são os presos matriculados em EJA nas penitenciárias do Brasil.

12. Informou que foi criado um banco de dissertações com as produções acadêmicas que tratam desse assunto. Os trabalhos não são muitos, mas são de qualidade. Solicitou que se alguém tivesse conhecimento de algum material sobre o tema que o compartilhasse.

m. Participação de Timothy Ireland:

i. Apresentou detalhes da visita a um presídio em Pará de Minas – MG:

1. Um presídio novo onde existe uma sala de aula em cada pavilhão: o DEPEN/MJ exige que as plantas dos novos presídios incluam salas de aula no projeto.

25)

26) Redesenho do Programa Brasil Alfabetizado - PBA para o ano de 2007:

a. Apresentação da situação atual do Programa Brasil Alfabetizado - PBA.

b. As informações presentes no cadastro do Programa Brasil Alfabetizado – PBA estão sendo auditadas pela CGU junto aos municípios sorteados mensalmente.

c. Meta é de que 70% dos repasses sejam destinados a entidades públicas e 30% a entidades privadas.

d. Um Sistema de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado - PBA está sendo construído o que proporcionará um acompanhamento mais realista da metodologia aplicada pelos parceiros, privados e públicos, e garantirá maior agilidade nas intervenções necessárias para os ajustes no desenho do programa.

e. Redesenho:

i. Proposta:

1. Denominada 1 + 2 = garantir o Brasil Alfabetizado por um ano e a continuidade dos estudos por mais dois anos , com a participação da sociedade civil e dos estados e municípios. Assim, teríamos um processo de alfabetização que resultaria na equivalência da cobertura do 1º segmento do ensino fundamental

2. A lógica é não excluir a participação da sociedade civil, mas incentivar a continuidade, o que garantirá que os investimentos aplicados (recurso, tempo dos alfabetizados e alfabetizadores, entre outros) não sejam perdidos.

3. A continuidade dos estudos nos próximos dois anos seria garantida a todos os egressos do Brasil Alfabetizado de 2003 a 2005.

4. Plano estratégico para discussão:

- Garantir o Programa Brasil Alfabetizado no formato 1 + 2.

- Os estados, municípios e sociedade civil participariam no mesmo formato atual no primeiro ano.
 - Os dois anos seguintes sejam totalmente assumidos pelos estados e municípios, o que ocasionaria uma articulação entre as entidades da sociedade civil e os governos estaduais e municipais.
5. Jeanete Beauchamp:
- Considera interessante a proposta por buscar garantir a continuidade dos estudos.
 - Sugere uma avaliação da aprendizagem:
 - i. Combinar esta proposta com uma avaliação da aprendizagem, talvez uma no primeiro ano e outra ao final, assim como o SAEB. Inclusive com a parceria do INEP
6. Maria Luiza Martins Aléssio:
- Em Recife, uma projeto parecido com esta proposta está funcionando da seguinte forma:
 - i. Módulo 1, que é alfabetização, passou a ser pelo Programa Brasil Alfabetizado
 - ii. Módulos 2 e 3 : EJA do município
7. Timothy Denis Ireland:
- Apresentou dois exemplos de tentativas de se levar a EJA para a alfabetização, no Piauí e em Belo Horizonte, que, de uma certa forma, influenciaram a proposta apresentada:
 - i. Após o término, a turma do Brasil Alfabetizado continua no mesmo espaço físico e um(a) professor(a) de EJA vai para a sala de aula.continua o trabalho a partir.
8. Edna Castro de Oliveira:
- Considerou a idéia um avanço, pois se vai incorporando a concepção de jovens e adultos mais ampla.
9. Heleno
- Considerou positiva a proposta.
 - Reiterou a importância do acompanhamento e do controle sobre a real existência das turmas, do quantitativo e da aplicação dos recursos. Buscar uma forma de publicizar o valor dos recursos que são disponibilizados de uma forma mais concentrada.
10. Isabel Aparecida dos Santos:
- Considerou a proposta positiva. Entende que agrega qualidade à imagem da alfabetização por ser a mesma mais completa e articulada com a EJA.
11. Célio da Cunha

- Entende que esta proposta deve sim ser incorporada ao PBA no ano de 2007, por representar um avanço.
- Ratifica a importância de articular com o INEP a idéia da avaliação.
- Ratifica a proposta do monitoramento da continuidade dos alunos do PBA em EJA

12. Timothy Denis Ireland:

- Solicita aos membros da CNAEJA uma orientação quanto ao documento a ser produzido para o próximo governo sobre a experiência dos últimos três anos do PBA, conforme sugestão do Célio da Cunha na última reunião da Comissão.
- Quanto à avaliação:
 - i. Existe um Plano Nacional de Avaliação para o PBA, em desenvolvimento, com 31, 32 instrumentos de avaliação, que abrange as questões cognitiva, metodológica, de gestão e de impacto.
 - ii. Avaliação cognitiva: foi realizada uma avaliação na entrada 2005 e na saída 2005 e vai ser realizada novamente nas turmas de 2006.
 - iii. No sentido mais amplo do processo de aprendizagem dos alunos, levanta-se a questão da certificação. Para que a proposta do 1 + 2 tenha validade, a certificação terá que incluída no processo.
- Proposta 1 + 2, ainda há muitos elementos para pensar:
 - i. Inicialmente, seria incorporado ao programa atual, com os egressos de 2004 e 2005
 - ii. Para 2007, período de transição do Fazendo Escola para o FUNDEB, um problema financeiro
 - iii. Para 2007, recursos financeiros garantidos para o PBA
 - iv. Como pensar a integração do 1 + 2 com os estados, municípios e entidades da organização civil. Não temos resposta para essas questões neste momento.

13. Eliene Novaes:

- Questionou sobre:
 - i. Existem mais municípios no Fazendo Escola ou no Brasil Alfabetizado?

- ii. O PBA está em mais municípios do que o Programa Fazendo Escola. Ressaltando-se que em alguns municípios a EJA é oferecida pelo sistema estadual de ensino.
 - Considera que, apesar de não haver concordância total entre os municípios atendidos pelo PBA e pelo Programa Fazendo Escola, o número de municípios atendidos concomitantemente pelos dois programas é expressivo, o que é positivo para o início do 1 + 2.
- 27) Informativo sobre a Medalha Paulo Freire que terá a sua premiação promovida na abertura do VIII ENEJA, no dia de hoje:
- a. Edna de Oliveira:
 - i. Ressaltou o rigoroso trabalho realizado pela equipe da SECAD nas etapas que precederam à análise da Comissão Julgadora.
 - b. Célio da Cunha
 - i. Ressaltou a unanimidade da Comissão Julgadora com relação aos premiados
 - c. Timothy Ireland
 - i. Ressaltou a qualidade dos projetos inscritos
 - d. Oito projetos pré-selecionados por uma comissão técnica da SECAD, em uma etapa anterior, a partir de 16 projetos inscritos, receberam uma visita técnica de profissionais da SECAD.
 - e. Comissão julgadora da edição do prêmio no ano de 2006 :
 - i. Célio da Cunha – representante da UNESCO
 - ii. Maria América Assis de Castro – representante da CONSED
 - iii. Edna Castro de Oliveira – representante dos Fóruns de EJA
 - iv. Timothy Denis Ireland – representante da SECAD
 - f. Cinco projetos selecionados para a premiação:
 - i. SESC LER – Manaus
 - ii. SAL DA TERRA – ONG Paraíba
 - iii. AJA GOIÂNIA – Secretaria Municipal de Goiânia
 - iv. CEDEP - Paranoá - DF
 - v. Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina
- 28) Diretrizes para a Educação Prisional:
- a. Timothy Denis Ireland:
 - i. Parceria entre o MEC, a UNESCO e o Ministério da Justiça, com recursos iniciais do governo japonês, que inclusive financiou o Seminário Nacional.
 - ii. Documento traz o resultado de todo o processo: Versão Preliminar Seminário Nacional Educação nas Prisões – Significados e Proposições
 - iii. Num primeiro momento, seis estados que apresentaram projetos, com foco em três eixos principais, receberam recursos para investimento na qualidade da educação prisional. Em 2006 mais seis estados passaram, também, a receber recursos.

- iv. O documento é resultado dos seminários regionais, realizados nos estados conveniados com convite extensivo aos estados vizinhos, mais o Seminário Nacional realizado em Brasília.
 - v. Eixos:
 - 1. Gestão, articulação e mobilização
 - 2. Formação dos profissionais envolvidos na oferta (professores, agentes de leitura e todas as pessoas envolvidas na execução penal)
 - 3. Aspectos pedagógicos
 - vi. O relatório será enviado aos participantes e também a outras instâncias, como o Conselho Nacional de Educação – CNE e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Ainda não foi pensada a forma como estes documentos deverão ser encaminhados, mas, um texto mais conciso está sendo preparado.
 - vii. O Projeto de Educação Prisional está articulado, ainda, com uma proposta de um programa chamado EUROSOCIAL, que envolve os Estados Ibero-americanos, Países da União Européia e os Países da América Latina. Dentro do programa, cada país da América Latina podia indicar temas que considerassem mais importantes. Assim, está sendo articulada uma rede latino-americana de entidades que trabalham com educação prisional, governamentais e não-governamentais, a ser oficialmente estabelecida no Fórum Educacional do Mercosul, que acontecerá em novembro.
 - viii. A UNESCO juntamente com outras organizações vai organizar, em 2008, um Seminário Internacional sobre Educação Prisional e que a proposta é de que aconteçam, anteriormente, seminários regionais preparativos em 2007.
 - ix. Gostaria de receber de todos um comentário e sugestões para a finalização do documento
 - b. Célio da Cunha:
 - i. Entende que o envio do documento deve ser realizado pelo Ministro da Educação. A doutrina que rege este documento baseia-se no direito de que o indivíduo privado da liberdade não está privado dos outros direitos, o que inclui o direito à educação.
- 29) Oficina Educação de Jovens e Adultos – Cooperação Sul-Sul
- a. Timothy Denis Ireland:
 - i. Oficina realizada na primeira quinzena de agosto, também em parceria com a UNESCO e, ainda, com a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.
 - ii. Participantes: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, mais o Brasil. Portugal foi convidado mas não enviou representantes.
 - iii. Proposta: criar uma articulação entre os países no campo específico, cooperação Sul-Sul horizontal entre os sete países de língua portuguesa.
 - iv. Ao final de três dias de discussão:

1. Criação de uma coordenação compartilhada: Brasil e Cabo Verde, inicialmente.
 2. Documento final: inclui uma proposição de diretrizes básicas para a cooperação Sul-Sul no campo da EJA, com uma cooperação coerente e consistente, uma relação horizontal, de diálogo e de ajuda mútua. Além disso, e apresentada uma proposta de um plano estratégico de cooperação, apresentando as áreas de prioridade, quais sejam, financiamento e a institucionalidade da modalidade.
 3. O documento final vai ser enviado aos seis ministros dos países participantes como uma forma de reforçar a cooperação e a necessidade de institucionalizar a EJA e, também, que a alfabetização e a educação de jovens e adultos passem a ser tema de pauta de encontros entre ministros da educação.
- v. Vamos necessitar da cooperação das universidades. Em maio houve um seminário nacional sobre formação de educadores de educação de jovens e adultos, na UFMG, quando iniciamos um cadastro dos núcleos de EJA e de professores e pesquisadores interessados em participar em processo de cooperação e quais as áreas de interesse. Vamos ter, assim, um banco de profissionais que vai possibilitar processos de cooperação futuros.
 - vi. Gostaria de receber de todos um comentário sobre o documento.
- b. Professora Maria José Telles Franco Marques
 - i. Com relação à cooperação das universidades, para conhecer o que vem sendo trabalhado pela IFES, vale consultar o sítio www.renex.org.br, link SIEX-Brasil
 - ii. Além disso, tem o trabalho da Prof. Dóris, da UNB.
- 30) Timothy Denis Ireland:
- a. Foi realizada no Itamaraty, no dia de ontem, uma reunião com a UFMG que apresentou o projeto África, com enfoque na educação e saúde., com vistas a buscar uma articulação com os projetos de cooperação do governo federal nestas duas áreas.
 - b. Na área de alfabetização e EJA, a SECAD tem considerado e buscado parcerias com as pró-reitorias de extensão por considerá-las muito importantes e com muito potencial para contribuir neste campo. Ainda não explorado em sua potencialidade.
- 31) **Proposta para a realização da última reunião ordinária da Comissão em 2006:**
- a. Duração: um dia e meio.
 - b. Função mais avaliativa.
 - c. Data indicativa: vinte e vinte e um de novembro
- 32) **Consenso do grupo sobre as propostas apresentadas:**
- a. Resgatar a posição da CNAEJA de abril de 1996 sobre os parâmetros de idade para a EJA
 - b. De um lado o que está sendo colocado em relação ao ensino regular e ao ensino de EJA é que quando há propostas, conteúdos e metodologias

- adequadas e atraentes para os públicos específicos, as pessoas vão ficar, e se não há ocorrerá migração de um lado para o outro.
- c. A questão de estabelecer qualidade no ensino regular e de EJA não é uma questão que poderá ser resolvida no curto prazo, como também a questão de formação. Quais são os incentivos que podem ser criados para reforçar a importância da educação de jovens e adultos como uma área específica.
 - d. Precisamos do apoio das universidades na formação do educador de EJA.
 - e. O fato de ter esta Comissão e de ter um Departamento de Educação de Jovens e Adultos no MEC são sinais de que existe uma política, mas até isso ser assumido em todas as instâncias de muito trabalho e muito tempo.
 - f. A sugestão da idade mínima para se fazer o exame do ensino fundamental é uma forma de forçar um pouco, um meio termo, talvez a única saída neste momento para induzir políticas.
 - g. Não é necessário ter uma posição definitiva
 - h. Pode-se levantar todas as questões, até porque as audiências públicas são para isso.
 - i. É necessário também ouvir os alunos
 - j. Podemos ter 18 anos como referência para as discussões das audiências
 - k. Com relação às audiências, em termos de pauta, foi acrescentado:
 - i. Participantes: SEB, SEED, INEP, SETEC, CNTE, UNIVERSIDADES, PRESIDENTES REGIONAIS DA UNDIME
 - ii. Sugestão de mudança de data: de 30 de outubro para a semana seguinte.
 - iii. As propostas a serem encaminhadas às pessoas que irão elaborar os documentos-referência.
 - l. Com relação à certificação, teríamos algumas indicações a completar, sendo que a EJA ainda está longe de ter uma identidade própria, é muito vinculado ao ensino regular:
 - i. Manter a autonomia dos estados para elaborar os exames supletivos
 - ii. Papel do INEP: qualificar e manter um banco de itens para subsidiar os Estados na formatação de seus exames e estimular uma discussão maior sobre quais as competências e habilidades a serem avaliadas na educação de jovens e adultos. O que estamos querendo medir quando avaliamos um aluno de EJA?
 - m. Promover parceria dos municípios com o MEC para adquirir o direito de reprodução das obras do projeto Leituração.
 - n. A Comissão deveria reforçar a importância de se avançar na solução da questão do "NIS" para o Sistema do Brasil Alfabetizado, por meio de uma recomendação.
 - o. Proposta 1 + 2:
 - 1. Plano estratégico para discussão:
 - Garantir o Programa Brasil Alfabetizado no formato 1 + 2.
 - Os estados, municípios e sociedade civil participariam no mesmo formato atual no primeiro ano.

- Os dois anos seguintes sejam totalmente assumidos pelos estados e municípios, o que ocasionaria uma articulação entre as entidades da sociedade civil e os governos estaduais e municipais.

Brasília, 30 de agosto de 2006,

Célio da Cunha

Fernanda Teixeira Frade Almeida

Edna Castro de Oliveira

Maria Luiza Martins Aléssio

Eliene Novaes Rocha

Tancredo Maia Filho

Heleno Manoel G. Araújo Filho

Adriana Pinto Rodrigues

Isabel Aparecida dos Santos

Jeanete Beauchamp

Maria José Telles Franco Marques

Thimothy Denis Ireland

Cláudia Veloso Torres do Amaral